

ATUAÇÃO DO ADVOGADO SEGUNDO O ESTATUTO DA OAB

Diferenças Entre Impedimento e Incompatibilidade na Advocacia

Douglas de Campos Rocha MALHEIROS
FAFIPE/FUNEPE
douglas.malheiros08078@alunos.funepe.edu.br

Fabício dos Santos HILÁRIO
FAFIPE/FUNEPE
fabricio.hilario11737@alunos.funepe.edu.br

EIXO TEMÁTICO: INTERFACES DAS CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO

RESUMO

O impedimento e a incompatibilidade na advocacia brasileira visam garantir a ética e a imparcialidade no exercício da profissão. A pesquisa apresenta como objetivo geral elencar aspectos entre as hipóteses de incompatibilidade e de impedimento no que tange a atuação do advogado, e como objeto específico restar claro a interpretação que o Estatuto da OAB nos traz. Desta forma, utilizou-se pesquisa legislativa no Estatuto da OAB. No contexto da advocacia brasileira, impedimento e incompatibilidade são conceitos distintos. O impedimento ocorre quando um advogado não pode atuar em um caso específico devido a relações pessoais ou profissionais, como parentesco com partes envolvidas. Já a incompatibilidade refere-se a atividades que excluem o exercício da advocacia, como ocupar cargos públicos ou exercer determinadas funções profissionais. Essas regras estão estabelecidas no Estatuto da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e buscam evitar conflitos de interesse. O descumprimento pode resultar em sanções disciplinares, assegurando a proteção do cliente e a credibilidade da Justiça. A observância dessas normas é fundamental para a integridade do sistema jurídico. Os problemas de impedimento e incompatibilidade na advocacia brasileira podem gerar sérias consequências para a ética profissional e a integridade do sistema judiciário. O impedimento, que se refere a restrições em casos específicos, pode levar a conflitos de interesse e comprometer a defesa de clientes, especialmente quando não é devidamente identificado. Por outro lado, a incompatibilidade abrange situações mais amplas, como advogados que exercem cargos públicos ou atividades que podem interferir na prática da advocacia. Isso pode resultar em decisões parciais e prejudicar a confiança do público na Justiça. A falta de clareza ou o descumprimento dessas normas também podem resultar em sanções disciplinares severas. Além disso, a falta de fiscalização adequada pode aumentar a ocorrência de práticas inadequadas, comprometendo a imagem da profissão e a proteção dos direitos dos clientes. A conscientização sobre esses aspectos é essencial para a promoção de uma advocacia ética e responsável.

Palavras-chave: Impedimento, Incompatibilidade, Advocacia.